

## PASSADO DE ESCRAVIDÃO! FUTURO DE LIBERDADE?

Edgard Malagodi

Vivemos um mundo de paradoxos e de mudanças rápidas — no modo de fazer política, de pensar, de avaliar as concepções que até bem pouco tempo nortearam nossas ações e nossas formas de avaliar as ações. As páginas desta revista — a partir deste e dos próximos números — gostariam de fazer eco a estas inquietações, tentando repensar o passado, apreender o presente e indagar sobre o futuro.

O presente número de *Raízes* começa com uma homenagem. Trata-se de um texto que marca um evento do mundo acadêmico — da Sociologia Rural — não apenas francês mas também brasileiro, hispano-americano. A obra de Marcel Jollivet ultrapassou fronteiras, abriu horizontes. O texto de Nazareth Wanderley não é apenas um relato de uma vida intelectual, cara para todos nós, mas um balanço dos avanços viabilizados pela própria Sociologia Rural, na Europa e na América Latina, no que Marcel Jollivet desempenhou um grande papel. Trata-se de uma obra que nos permite duas coisas: compreender a Sociologia Rural, como disciplina, como elaboração científica, com o exemplo francês e o exemplo de outras realidades agrárias, como a brasileira, ao mesmo tempo em que também nos permite entender a especificidade das histórias agrárias, como genuínas e importantes para cada povo.

É sabido que as categorias econômicas e políticas sofrem um processo de naturalização. No entanto, alheios a este questionamento, muitos economistas e cientistas políticos se escondem, professando um *métier* teórico-analítico que no fundo corresponde aos interesses dominantes, a uma tecnologia da produção de textos e de discursos legitimadores de práticas que se impõe ao senso comum, por ser uma imposição da própria realidade política e econômica. É exatamente por isso que se pode dizer que o texto *Representações científicas e práticas mercantis camponesas*, de Marie-France Garcia-Parpet, traz uma discussão necessária para todos os debates que se fazem sobre a questão do desenvolvimento, da economia dominante, e dos problemas do campesinato. Colocando como ponto de partida o dogma da economia — o mercado como uma instituição natural, estuda-se como certas teorias podem facilitar a conformação de novas redes mercantis. Para isso, a autora toma como exemplo novas formas de comercialização praticadas por camponeses na França, com amplo uso da informática e com grande impacto para a melhoria de suas condições de vida e de trabalho.

Se, por um lado, a autora reclama da falta de uma análise concreta das práticas mercantis que se estabelecem na base das comunidades camponesas, por outro detecta “a força do preconceito”, em relação à “integração ao mercado”, o que parece ter servido para justificar a ausência de um

exame aprofundado das práticas mercantis na pesquisas até hoje realizadas. Sente-se o impacto de sua frase: “*A percepção dos ‘intermediários’ é mais mítica do que científica: eles se caracterizaram, apenas, por uma ação voltada para a exploração de outros — no limite, todo comércio é pensado como ato de rapina. Seria como se o comércio não preenchesse nenhuma função social e devesse ser eliminado ou substituído em prazo mais ou menos longo*”.

O trabalho de Marie-France Garcia-Parpet é também importante na denúncia do descaso público, tanto na ausência de políticas públicas voltadas ao mercado do camponês, do agricultor familiar, como dos preconceitos com que os setores da academia têm tratado a questão. Denuncia os “barracões” — *até quando continuarão existindo?* — como um prolongamento do sistema escravista — que além da função econômico-social de aprisionamento do trabalhador a uma dívida, têm a função de excluir esse trabalhador do espaço da feira, comum espaço de exercício da liberdade e de troca de informações e de cultura.

Mas, em certos aspectos, hoje os tempos são outros. O próprio movimento social rural é capaz de apresentar suas demandas e buscar suas parcerias. Um exemplo disso é a demanda que o Pólo sindical da Borborema encaminhou ao *Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar*, da Universidade Federal de Campina Grande, para a elaboração de um programa de pesquisas e estudos sobre as feiras camponesas da região.

As formas de resistência à dominação espoliativa em toda a história da humanidade têm sido as mais diversas possíveis. No entanto, o saber oficial e dominante colocou-se como tribunal inquestionável para admitir e legislar sobre as formas justas e legais, ou os modos progressistas ou revolucionários de se rebelar contra a opressão. Uns foram chamados de fanáticos, outros de pré-políticos, muitos de heréticos, ou estigmatizados como utópicos, que virou eufemismo de irrealizável ou inútil. Mas a rebeldia — e talvez assim devesse ser chamado primeiramente todo ato de repulsa a um poder que incomoda — tenha sido ela feroz ou velada, pública ou privada, representa um “não” à dominação, uma atitude de repugnância à indignidade a que se quer submeter alguém sob o pretexto da própria lógica do poder. O texto *Nas fendas da escravidão: crime e suicídio em São Carlos do Pinhal (1869-1888)*, de Maria Aparecida de Moraes Silva e Janaína Dias, atualiza o drama vivido por escravos em plena expansão cafeeira, na segunda metade do século XIX, e mostra como as formas violentas de repressão e constrição ao trabalho levava os negros a atos diversos de resistência e de reação, entre as quais, não apenas a revolta individual contra o patrão — o crime contra o senhor, ou seu preposto — mas também o suicídio, como busca da pátria perdida, à qual não se esperava mais alcançar de uma forma física e visível.

O artigo não é apenas um recorte histórico do período de escravidão, mas um documento pedagógico do que seja *justiça de classe e polícia de classe*, em um período em que estas instituições não apenas eram representações indiretas dos fazendeiros, mas agiam de acordo com a lógica do único interesse: a maximização do trabalho direcionado à produção e à exportação do café. Entre outras palavras, o velho dilema que opunha, de um lado, o necessário *progresso econômico*, a expansão agro-industrial, enfim, o agronegócio, abrindo chances nunca vistas ao país de chegar a ser uma grande nação, e do outro lado, a intensificação do sofrimento de massas anônimas, a agudização das formas de exploração do trabalho. Aparentemente trata-se de uma questão longínqua: há mais de um século o instituto da escravidão foi legalmente abolido, e o país não depende mais da exportação do café. Mas será de todo um tema do passado? O que afinal nos tem revelado o noticiário freqüente sobre as carvoarias e sobre as fazendas na chamada fronteira agrícola, mas não apenas nela?

O trabalho seguinte *Sensualismo e consciência regional: o Nordeste freyriano*, de Aécio Amaral Jr., discute um tema que nos é caro: a contribuição de Gilberto Freyre na formação de uma consciência regional nordestina. O autor parte de duas obras referenciais (*Manifesto Regionalista* e *Nordeste*), para mostrar como Gilberto organiza suas idéias como contraponto à hegemonia sulista, que se expressava em dois movimentos de impacto para a época: o modernismo dos anos 1920 e a institucionalização do ensino das ciências sociais, nos anos 1930. O autor vai fundamentar a teorização de Gilberto Freyre em dois motivos românticos: o sonho de uma comunidade ideal e a hostilidade em relação à racionalidade burguesa (industrial) ocidental.

A seguir, Eliane Maria Monteiro da Fonte vem contribuir no debate com um texto sobre um conjunto de temas e problemas ligados tanto à ação do estado, às políticas públicas, como ao papel das mobilizações e ações coletivas na disputa por bens e serviços estatais. Na primeira parte do artigo, a proposta do *Novo institucionalismo* é introduzida no contexto das teorias do Estado e da intervenção estatal. Em seguida, o conceito é examinado face às suas contribuições para as análises empíricas, e finalmente, em relação aos estudos sobre o desenvolvimento rural. A autora parte do pressuposto de que este enfoque, no qual o Estado e suas instituições são vistos como desempenhando um papel fundamental na economia, “é importante no contexto atual da economia política porque questiona o papel dinâmico atribuído ao mercado pelas economias ortodoxas nas duas últimas décadas”.

Com a renovação da ênfase na estrutura social pelo *novo institucionalismo*, as instituições da vida política têm sua significância expandida. O *novo institucionalismo* permite questionar a absolutização do mercado, introduzindo novos elementos para a compreensão da ação estatal. Assim, a importância do *novo institucionalismo* é justificada pela sua capacidade de questionar o papel que vem sendo atribuído ao mercado insistentemente nas duas últimas décadas. Em seu lugar, procura-se reintroduzir novas justificativas para a ação do Estado. O *novo institucionalismo* teria assim, na análise dos temas agrários e das políticas públicas, o efeito de propiciar uma compreensão mais ampla do processo de intervenção do Estado. Acrescente-se aqui a importância teórica de considerar diferentes respostas e resultados na implementação de políticas, superando-se assim a limitação de modelos altamente generalizantes.

A seguir, Marcionila Fernandes faz um levantamento das antinomias implícitas no modelo de *Desenvolvimento sustentável*, cuja limitação estaria justamente em não questionar as estruturas econômicas e sociais que se revelam, em última instância, impeditivas para a sua efetiva realização como modelo de desenvolvimento. Não trata, por exemplo, dos fatores impeditivos da equidade social, nem coloca em discussão as formas de apropriação dos recursos naturais. Dirige-se, portanto, apenas para gerir os recursos, sem questionar a estrutura social de dominação e controle, nem as formas de apropriação destes recursos, que estão na base do modelo vigente, e que deu origem ao problema ambiental. Também não se discute a estrutura de poder no plano internacional, os centros responsáveis pela poluição do planeta, enfim, as responsabilidades políticas do processo global de poluição. Para a autora, o modelo de *desenvolvimento sustentável* propagado pretende resolver os problemas causados pelo modelo de desenvolvimento em vigência, sem tocar na estrutura social e política que os gerou; nesta medida, o artigo é relevante no momento em que se debate o protocolo de Kyoto, sobre o controle do processo de poluição no planeta.

O trabalho seguinte, *Representações sociais e culturais da qualidade de vida entre famílias de agricultores*, nos traz a personagens familiares, mas enfocados e visualizados em um contexto analítico muito específico. O ponto de partida é discutir a qualidade de vida das famílias assentadas (há

décadas) no Perímetro Irrigado de São Gonçalo, Paraíba. Mas não se trata aqui de se restringir a índices estatisticamente quantificáveis, nem de retomar o multidifundido *Índice de Desenvolvimento Humano*, o IDH. Ao contrário, a autora se propõe a encontrar uma metodologia que permita estudar qualidade de vida pela via da cultura. O importante para a autora é a percepção e avaliação que os próprios indivíduos fazem de suas próprias condições de vida. Parte-se, portanto, para uma busca através da dimensão subjetiva. Para tanto, Ramonildes Gomes incursiona no debate da representação social e da cultura, para propor uma abordagem etnográfica do problema. O objetivo é encontrar uma metodologia que permita discutir qualidade de vida, não como um valor externo, não apenas através de indicadores supostamente objetivos, mas com critérios que devam levar em conta a opinião e a percepção das próprias famílias estudadas. Para tanto a autora traz para o debate analistas que se têm destacado no cenário internacional (Amartya Sen, Martha Nussbaum) relacionando suas teses com as teorias que tradicionalmente nos têm ajudado a focalizar a discussão da cultura e da representação social.

No texto que segue, Sílvio Marcus de Souza Correia, retoma o tema da migração, examinando-a tanto nos efeitos de exclusão social, como também de integração, adaptação e mobilidade social. Inicialmente o autor passa em revista a origem das teorias sobre a migração, examinando como a questão foi estudada pela Escola de Chicago e por outras correntes sociológicas nos EUA.

Na pesquisa realizada, o mais freqüente ponto de destino dos migrantes é a cidade de Santa Cruz do Sul, região central do RS. Para essa única cidade de porte médio da região dirige-se uma significativa população atraída por melhores expectativas ligadas principalmente às condições de trabalho e aos sistemas de ensino e de saúde. Apesar de ser a última estação para muitos migrantes, a cidade de Santa Cruz do Sul lhes apresenta limites para a integração. Para o autor, a região de Santa Cruz do Sul, região central do estado (RS), depende, entre outros aspectos, deste “capital humano”; por isso, além do crescimento vegetativo da população da cidade, a migração é uma *conditio sine qua non* para o desenvolvimento local, mas requer um exame mais amplo dos seus efeitos. Recorrendo também aos conceitos de capital econômico, cultural, social e simbólico (Bourdieu), o autor tematiza a distribuição espacial do capital humano no conjunto da região. A oferta e a demanda do capital humano condicionam o desenvolvimento regional e determinam também variações nos níveis de integração dos migrantes.

O texto seguinte nos coloca diante do processo de *reestruturação produtiva*, que vem ocorrendo desde a década de 80 em nível mundial e que tem se tornado tema recorrente e uma questão polêmica. Inicialmente a autora passa em revista as várias denominações (para uns, *acumulação flexível*, *reestruturação produtiva*, *re-engenharia*, para outros, *modelo japonês*, *pós-fordismo*, *toyotismo*), produzidas para apreender as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho. Observa que tais mudanças não se referem a aspectos isolados, mas a transformações significativas, tanto no interior das empresas, no processo direto de trabalho, como nas relações de trabalho, ou seja, na organização social da produção.

Após relatar a origem e lógica interna do sistema, a autora examina as conseqüências sociais e econômicas da *reestruturação produtiva*, focalizando o rebate destas transformações sobre a discussão a respeito da categoria “trabalho”. Trata-se de um processo histórico que não aponta para um resultado claro e definitivo, mas que exige de todos uma reavaliação contínua do processo de produção capitalista, que certamente não existe nem pode ser pensado como uma *realidade em si*, imutável, homogênea, mas como algo que só pode continuar existindo em permanente fluxo de mudança.

No texto, *Políticas Públicas e Apoio Institucional à Agricultura Familiar no Brasil: Agroecologia e estratégias de desenvolvimento rural*, os autores Jean-Philippe Tonneau e Olívio Teixeira, analisam as principais contribuições para a elaboração da estratégia do desenvolvimento do Brasil rural, promovida pelo *Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável*. Examinando em detalhes as condições em que a Agricultura Familiar tem existido no país — marginalizada em termos de políticas públicas apropriadas, sem acesso a mercados importantes, restritas às áreas de terras mais desfavoráveis à agricultura, *etc.*, os autores propõem como alternativa um modelo de desenvolvimento e de conversão agro-ecológica, baseado na intensificação do uso da terra, em contraposição ao uso intensivo do fator trabalho. E com base na autonomia da agricultura familiar. Para os autores, os primeiros resultados das experimentações sociais em curso justificam a hipótese de que é possível imaginar estratégias originais de desenvolvimento rural, as quais refutam a fatalidade da diminuição da população rural.

O último trabalho examina a percepção de uma nova ruralidade, usando recursos da semiótica. Os autores examinam as mudanças na significação do termo “rural”, que vem ocorrendo em grupos de jovens, adultos e idosos de extração urbana. Suas conclusões permitem aferir como a população urbana vem percebendo as transformações do meio rural. Mas não apenas isso. Observa-se também o efeito da precarização das condições de vida na cidade na re-significação da vida rural, como também da própria relação meio urbano — meio rural.

Um recado a nosso leitores e assinantes: este fascículo segundo do volume 21, referente ao segundo semestre de 2002, só pode ser levado à gráfica em novembro de 2003. Razões de ordem diversa nos impediram garantir a regularidade na impressão. No entanto, o incremento do apoio financeiro recebido, como também a ampliação do número de nossos pareceristas em todo o Brasil e no exterior, certamente nos permitirão recuperar a regularidade: o primeiro número do volume 22 deverá estar impresso no início de fevereiro de 2004 (com encarte comemorativo dos 25 anos de Sociologia Rural em Campina Grande). Para o número seguinte, com fechamento em março/2004, estamos solicitando trabalhos para o dossiê especial sobre **recursos comuns**. (Trabalhos sobre o tema são bem-vindos!) Estas notícias certamente alegrarão a todos que têm apoiado Raízes, de longe ou de perto. Agora que o país precisa mais do que nunca de veículos que possam expressar a voz de uma academia crítica e comprometida, o canal está aberto e consolidado.

Uma palavrinha final — introduzimos algumas modificações nas normas para publicação, cujo cumprimento nos ajudará a tornar mais rápido o processo de avaliação dos trabalhos e produção da revista.

O Editor.